Artigo
DOI | 10.21680/1981-1802.2026v64n81ID45227
Revista Educação em Questão

Entre cooperação e regulação: mudanças e permanências nos textos do Programa SETEC-CAPES/NOVA

Lauro Sérgio Machado Pereira
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (Brasil)
Kleber Aparecido da Silva
Universidade de Brasília (Brasil)

Resumo

Este artigo analisa a trajetória textual do Programa SETEC-CAPES/NOVA, destinado à formação internacional de professores de inglês da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Sob a ótica dos contextos de influência e de produção de texto do ciclo de políticas de Bowe, Ball e Gold (2017), discutido por Mainardes (2006), examinam-se a Chamada Pública nº 01/2015, suas retificações de 2016 e os documentos correlatos. A pesquisa documental qualitativa combinou a reconstrução de influências, a comparação de versões e a análise de responsabilidades, revelando uma arquitetura assimétrica de cooperação. A retificação incorporou ajustes operacionais, mas manteve o TOEFL como filtro, o currículo estadunidense e a contrapartida docente monitorada. Denomina-se *responsividade seletiva* esse padrão de mudança localizada que preserva o núcleo regulatório da política. Conclui-se que as retificações são fontes centrais para compreender negociações, sedimentações e os limites da participação na produção de políticas educacionais.

Palavras-chave: Política Linguística. Ciclo de Políticas. Cooperação Educacional Internacional. Formação Continuada de Professores de Inglês.

Between cooperation and regulation: changes and continuities in the texts of the SETEC-CAPES/NOVA Program

Abstract

This article analyzes the textual trajectory of the SETEC-CAPES/NOVA Program, which aimed to provide international training for English teachers from the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. Drawing on the policy cycle's contexts of influence and text production, as developed by Bowe, Ball and Gold (2017) and discussed by Mainardes (2006), it examines Public Call No. 01/2015, its 2016 rectifications, and related documents. The qualitative documentary research combined reconstruction of influences, version comparison, and responsibility analysis, revealing an asymmetrical architecture of cooperation. The rectification incorporated operational adjustments but maintained the TOEFL as a filter, the US curriculum, and the monitored obligations for returning teachers. This localized pattern of change, which preserves the policy's regulatory core, is termed *selective responsiveness*. It concludes that rectifications are central sources for understanding negotiations, sedimentations, and the limits of participation in educational policy production.

Keywords: Language Policy. Policy Cycle. International Educational Cooperation. Continuing Education for English Teachers.

Entre cooperación y regulación: cambios y continuidades en los textos del Programa SETEC-CAPES/NOVA

Resumen

Este artículo analiza la trayectoria textual del Programa SETEC-CAPES/NOVA, destinado a la formación internacional de profesores de inglés de la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica. Desde los contextos de influencia y producción de textos del ciclo de políticas de Bowe, Ball y Gold (2017), discutido por Mainardes (2006), se examinan la Convocatoria Pública nº 01/2015, sus rectificaciones de 2016 y los documentos relacionados. La investigación documental cualitativa combinó la reconstrucción de influencias, la comparación de versiones y el análisis de responsabilidades, revelando

una arquitectura asimétrica de cooperación. La rectificación incorporó ajustes operativos, pero mantuvo el TOEFL como filtro, el currículo estadounidense y la contrapartida docente monitoreada. Se denomina *responsividad selectiva* a este patrón de cambio localizado que preserva el núcleo regulador de la política. Se concluye que las rectificaciones son fuentes centrales para comprender las negociaciones, las sedimentaciones y los límites de la participación en la producción de políticas educativas.

Palabras clave: Política Lingüística. Ciclo de Políticas. Cooperación Educativa Internacional. Formación Continua de Profesores de Inglés.

Introdução

A internacionalização da educação materializou-se nas políticas brasileiras por meio de programas de mobilidade, de cooperação e de formação linguística. A estratégia 15.12 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 previu bolsas para que professores de idiomas das redes públicas realizassem estudos de imersão e de aperfeiçoamento no exterior (Brasil, 2014a). Nesse ambiente, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e em parceria com o *Community College Consortium*, representado pelo *Northern Virginia Community College* (NOVA), publicou, em 2015, a chamada do Programa SETEC-CAPES/NOVA.

O programa previa selecionar até 152 professores de inglês da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para um curso intensivo de oito semanas nos Estados Unidos. A iniciativa foi apresentada como valorização e formação continuada, voltada à proficiência, à atualização metodológica, às tecnologias e à cooperação. Simultaneamente, estabeleceu uma pontuação mínima no exame de proficiência, critérios de classificação e obrigações posteriores ao retorno, entre elas, um plano de trabalho por pelo menos um ano e a realização de um novo TOEFL ITP (Brasil, 2015; 2016b).

Essa combinação situa o programa na interseção entre a política educacional, a internacionalização e a política linguística. Se, por um lado,

seus textos mobilizam sentidos de cooperação, valorização profissional e melhoria da educação pública, por outro, instituem mecanismos de seleção linguística, de transferência pedagógica, de responsabilização individual e de regulação da atuação docente. Esses sentidos não configuram uma contradição meramente formal: eles expressam as negociações pelas quais a política define um problema, autoriza determinadas soluções e distribui possibilidades de ação entre instituições e sujeitos.

A abordagem do ciclo de políticas, formulada por Bowe, Ball e Gold (2017) e discutida no Brasil por Mainardes (2006), permite investigar esse movimento sem reduzir a política a uma decisão única ou a um texto estático. O contexto de influência orienta a análise dos discursos, interesses, instituições e referências pelos quais problemas e soluções adquirem legitimidade. O contexto da produção de texto, por sua vez, evidencia que documentos oficiais representam a política de maneira contingente, mediante escolhas, acomodações, disputas e recontextualizações. Alterações, retificações e anexos não são, nessa perspectiva, peças periféricas: integram a própria trajetória da política.

Cavalcante (2019) realizou a investigação mais diretamente relacionada ao programa ao analisar a chamada pública como texto de política linguística e ao confrontá-la com entrevistas com dez participantes. O estudo identificou a influência de referências internacionais, a centralidade da proficiência certificada e as tensões entre a formação proposta e os contextos de trabalho dos docentes. Outros trabalhos examinaram as representações discursivas de participantes acerca da internacionalização (Pereira; Silva, 2021), focalizaram as vozes de dois professores e o caráter predominantemente unidirecional do intercâmbio profissional (Silva; Santclair; Pereira; Penna; Viana Jr., 2024) e analisaram o programa no âmbito de uma pesquisa doutoral mais ampla sobre formação continuada, internacionalização e desenvolvimento profissional na Rede Federal (Pereira, 2024).

Esses trabalhos tornaram visíveis as experiências dos participantes, mas não compararam sistematicamente as versões da política. Cavalcante (2019), embora mencione a retificação nas referências, analisa os enunciados da formulação original. Permanece pouco explorado como o programa

foi recontextualizado entre a chamada de setembro de 2015, o adiamento anunciado em março de 2016 e a retificação integral de junho.

Diante dessa lacuna, pergunta-se: como o Programa SETEC-CAPES/NOVA foi retificado entre a chamada pública de 2015 e os textos produzidos em 2016, e o que suas mudanças e permanências revelam sobre as relações entre cooperação internacional, regulação linguística e atuação docente? O objetivo é analisar a trajetória de produção textual do programa, identificando as influências recontextualizadas na política e examinando como as mudanças e permanências entre os documentos configuraram essas relações.

Defende-se que a trajetória expressa uma forma de *responsividade seletiva*: a retificação acolheu ajustes terminológicos e operacionais, mas preservou — e, em pontos específicos, detalhou — a seleção linguística, a transferência de conhecimentos e a responsabilização individual. O artigo apresenta o percurso metodológico e os operadores teóricos, reconstrói o contexto de influência, compara as versões e discute a posição docente na política.

Percurso metodológico

A pesquisa documental qualitativa combinou a reconstrução de influências, a comparação de versões e a análise de responsabilidades, revelando uma arquitetura assimétrica de cooperação. Os documentos foram examinados como produções situadas quanto a contexto, autoria institucional, finalidade, conceitos centrais e lógica interna (Cellard, 2012). O corpus reúne um estrato do ambiente de influência e outro da trajetória textual do programa.

Quadro 1 – Corpus documental e função analítica

Estrato	Documentos	Função na análise
Autoridade institucional	Lei nº 8.405/1992; Decretos nº 7.690/2012 e nº 7.692/2012	Identificar competências da CAPES e da SETEC evocadas pela chamada.

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1 – Corpus documental e função analítica

Estrato	Documentos	Função na análise
Cooperação e mobilidade	Lei nº 11.892/2008, alterada pela Lei nº 12.863/2013; Decreto nº 7.176/2010	Situar o intercâmbio na Rede Federal e o marco bilateral Brasil-Estados Unidos.
Agenda educacional e linguística	Decreto nº 7.642/2011; Portarias nº 1.466/2012 e nº 973/2014; Lei nº 13.005/2014	Contextualizar mobilidade, formação linguística e a estratégia 15.12 do PNE.
Trajetória do programa	Chamada nº 01/2015 e anexos; aviso de março de 2016; retificação de junho de 2016 e anexos; página da CAPES (CAPES, 2019)	Comparar formulações, mudanças, permanências e inconsistências.

Fonte: elaboração própria.

Os documentos de influência foram classificados como relações explícitas, antecedentes jurídicos e cronológicos ou convergências interpretativas. A primeira categoria abrange os atos e parceiros nomeados pela chamada; a segunda, antecedentes como o acordo bilateral; a terceira, convergências programáticas, como a previsão do PNE, que contextualizam o programa sem demonstrar determinação causal.

A chamada de 2015 e a retificação integral de 2016 foram comparadas linha a linha, com conferência dos PDFs e dos anexos. As diferenças foram agrupadas em: objeto e objetivos; elegibilidade e seleção; currículo e concepção de língua; apoio e logística; contrapartida, monitoramento e responsabilização. O aviso de março foi tratado como um elo cronológico. Em seguida, mapearam-se atores e recursos, classificaram-se acréscimos, supressões, substituições e permanências e interpretaram-se seus efeitos sobre a posição docente. Desse movimento emergiu a categoria "responsividade seletiva", entendida como uma mudança localizada que conserva os dispositivos centrais de seleção, transferência e responsabilização.

O recorte documental provém do corpus de uma pesquisa de doutorado mais ampla (Pereira, 2024), sem reutilizar questionários, entrevistas, sessões reflexivas ou relatórios. O corpus contém apenas documentos públicos, sem participantes humanos. Como não há atas ou versões comentadas,

a proximidade entre as avaliações do primeiro grupo e a retificação de junho é tratada como dado cronológico, e não como prova de causalidade.

Política como processo: **influência**, **texto e recontextualização**

A abordagem do ciclo de políticas contesta modelos lineares que separam a formulação, a implementação e a avaliação. Ela "[...] destaca a natureza complexa e controversa da política educacional [...]" e articula processos macro e micropolíticos (Mainardes, 2006, p. 49). Bowe, Ball e Gold (2017) propõem, assim, contextos inter-relacionados, nos quais atores interpretam, disputam e transformam sentidos. "Contexto" designa um espaço de ação, disputa e interpretação, não uma etapa cronológica.

No contexto de influência, grupos e instituições disputam a definição dos problemas educacionais e das respostas legítimas. Palavras, classificações e modelos ganham credibilidade por meio de redes intergovernamentais, cooperações bilaterais, instrumentos de avaliação e da circulação de ideias. Políticas nacionais, contudo, não são cópias mecânicas de orientações externas; elas selecionam e traduzem referências segundo histórias institucionais, capacidades estatais e interesses locais (Mainardes, 2006; Akkari, 2011).

Para evitar uma leitura causalista, este estudo distingue referências expressamente mobilizadas pelo texto, antecedentes que criam condições jurídicas ou programáticas e convergências discursivas que apenas sustentam hipóteses interpretativas. Sem essa cautela, a análise poderia atribuir aos programas anteriores um poder que o corpus não demonstra.

O contexto da produção de texto abrange os espaços de disputa em que a política é representada, como chamadas, leis, portarias, formulários e outros suportes. Produzidos sob restrições e disputas, esses textos não são necessariamente coerentes nem antecipam todas as situações, pois "[...] os significados dos textos raramente são inequívocos" (Bowe; Ball; Gold, 2017, p. 23, tradução nossa). A política continua a mover-se quando um cronograma é alterado, uma expressão é substituída ou uma obrigação é acrescentada.

A distinção de Ball (1994) entre política como texto e política como discurso amplia essa leitura. Como texto, a política admite interpretações e traduções; como discurso, delimita o que pode ser reconhecido como problema, solução e sujeito legítimo. No SETEC-CAPES/NOVA, "proficiência", "capacitação", "contrapartida" e "aplicação dos conhecimentos" organizam representações do professor, do saber válido e da relação entre a formação internacional e o trabalho institucional.

A diferença entre textos mais prescritivos (*readerly*) e mais abertos à coprodução de sentidos (*writerly*) não constitui uma dicotomia fixa (Bowe; Ball; Gold, 2017). Um documento pode impor requisitos e, ao mesmo tempo, deixar margem limitada para elaboração. É o caso da carta de intenções e do plano de trabalho: o professor propõe ações dentro de temas, prazos, deveres e mecanismos de monitoramento predefinidos.

A análise mobiliza cinco operadores: construção do problema e da solução; rede de atores e autoridades; distribuição de responsabilidades; posição docente; e relação entre mudanças, permanências e inconsistências. O contexto da prática não integra o corpus, pois o foco é a reescrita da política antes e durante a seleção do segundo grupo. As experiências dos participantes já foram abordadas em estudos anteriores (Cavalcante, 2019; Pereira; Silva, 2021; Silva; Santclair; Pereira; Penna; Viana Jr., 2024; Pereira, 2024). A articulação entre processos macro e micropolíticos é examinada nas relações entre as agendas de internacionalização, a distribuição de autoridade e as margens de decisão previstas para instituições e professores, sem inferir como essas margens foram exercidas na prática (Mainardes, 2006; Bowe; Ball; Gold, 2017).

O contexto de influência: uma rede de cooperação assimétrica

A chamada estabelece uma cadeia de legitimação institucional. A autoridade da SETEC é associada ao Decreto nº 7.690/2012; a existência e as atribuições da CAPES, à Lei nº 8.405/1992 e ao Decreto nº 7.692/2012; a execução internacional, à Diretoria de Relações Internacionais da CAPES; e a oferta, ao *Community College Consortium*, representado pelo NOVA (Brasil, 2015). O preâmbulo também distribui papéis: a SETEC coordena a seleção;

a CAPES financia e administra a bolsa; o parceiro estadunidense recebe e forma os professores.

O Decreto nº 7.176/2010 constitui um marco bilateral compatível com o arranjo, pois abrange intercâmbios, avaliações, testes e trocas de práticas de ensino (Brasil, 2010). Como a chamada não menciona esse decreto, ele pode ser considerado um antecedente normativo do programa, mas não é possível afirmar que tenha orientado diretamente sua formulação. Cavalcante (2019) também o situa no repertório político-linguístico do SETEC-CAPES/NOVA. Na Rede Federal, a Lei nº 12.863/2013 acrescentou à Lei nº 11.892/2008 a possibilidade de concessão de bolsas de intercâmbio a estudantes e docentes (Brasil, 2008; 2013). A mudança ampliou a presença normativa da mobilidade, sem instituir diretamente o SETEC-CAPES/NOVA.

A relação entre mobilidade e política linguística constitui outro fluxo. O Ciência sem Fronteiras projetou a mobilidade como estratégia de formação; o Inglês sem Fronteiras, depois Idiomas sem Fronteiras, articulou cursos, testes e preparação linguística para a internacionalização (Brasil, 2011; 2012c; 2014b; Abreu-e-Lima et al., 2016). No SETEC-CAPES/NOVA, a conexão é explícita: o Idiomas sem Fronteiras aparece no objeto, na carta de intenções e na contrapartida. Já a estratégia 15.12 do PNE previu bolsas de imersão para professores de idiomas das escolas públicas (Brasil, 2014a). A forma do programa converge com essa previsão, mas a ausência de citação ao PNE impede afirmar que foi criado para executá-la.

Os fluxos nacionais encontram dispositivos transnacionais. Para o primeiro grupo, aceitavam-se TOEFL iBT 85 ou ITP 563; para o segundo, apenas ITP 563, o que o classifica como B2 do Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas (Brasil, 2015). Um teste estadunidense e uma escala europeia definiam o acesso de professores brasileiros à formação nos Estados Unidos. Como sintetiza Shohamy (2006, p. 95, tradução nossa), "[...] os testes de inglês atuam como mediadores entre política e educação". Ao distribuir oportunidades, o TOEFL converte uma competência complexa em uma medida seletiva e em um mecanismo de política linguística.

Autoridade e risco não se distribuem igualmente. SETEC e CAPES definem regras, selecionam, financiam e monitoram; o NOVA oferece o curso, aloca turmas e pode não admitir candidatos que julgue inadequados. As

instituições de origem garantem afastamento e custeiam a participação na avaliação. Aos professores cabem documentos, proficiência, eventuais deslocamentos para o teste, dedicação integral, retorno, permanência institucional e contrapartida (Brasil, 2015).

O programa é cooperativo na articulação e no financiamento, mas assimétrico na tomada de decisão e na responsabilização. Órgãos brasileiros e o parceiro estadunidense concentram a definição da formação, enquanto os riscos de elegibilidade, documentação e devolução institucional recaem parcialmente sobre o candidato. A cooperação não elimina a regulação: realiza-se por meio dela.

À luz de Mainardes (2006) e de Bowe, Ball e Gold (2017), essa distribuição de atribuições articula processos macro e micropolíticos: a agenda de internacionalização assume forma em critérios de acesso e obrigações que delimitam a participação de instituições e professores. No contexto de influência, a mobilidade e a proficiência legitimam a solução formativa; na produção de texto, essa solução concentra a definição do curso e distribui as responsabilidades por sua realização. A assimetria não se resume, portanto, à origem estrangeira da oferta, mas se manifesta na relação entre a autoridade decisória e as responsabilidades atribuídas aos diferentes atores.

A assimetria alcança o conhecimento pedagógico. Os objetivos preveem que docentes sejam "expostos" às práticas dos *Community Colleges* e apliquem no Brasil o que aprenderam. O exterior aparece como lugar de oferta do saber; o professor, como receptor e transmissor. Estudos anteriores identificaram a centralidade da política linguística e da pedagogia estadunidenses (Cavalcante, 2019) e discutiram o caráter unidirecional do intercâmbio nas vozes dos participantes (Silva; Santclair; Pereira; Penna; Viana Jr., 2024). A comparação documental mostra que essa direção já estava inscrita nos papéis definidos antes do curso.

A produção de textos: da chamada à retificação

O contexto da produção de textos evidencia as formas pelas quais a política é materializada, interpretada e reescrita ao longo de sua existência. Para compreender esse movimento no Programa SETEC-CAPES/NOVA,

analisa-se a seguir sua trajetória documental, partindo da formulação normativa original apresentada na chamada pública e, em seguida, examinando as acomodações e recontextualizações operadas pelos avisos e retificações do ano seguinte.

A arquitetura textual de 2015

O texto original combina um registro de benefício público com uma estrutura minuciosa de obrigações. Nos objetivos, predominam verbos com conotação positiva: valorizar, fortalecer, compartilhar, estimular e proporcionar. Essa linguagem constrói o programa como uma oportunidade de desenvolvimento profissional e de cooperação. Nos itens referentes à candidatura e à contrapartida, porém, aparecem formas deônticas como "terão de comprovar", "deverão atuar", "deverão elaborar" e "obrigar-se-á" (Brasil, 2015). A passagem dos objetivos para os procedimentos transforma valorização em condicionalidade.

O primeiro dispositivo é a seleção. Somente professores efetivos poderiam concorrer; substitutos e contratados eram excluídos. A pontuação mínima do TOEFL funcionava como requisito eliminatório, pois a ausência da comprovação exigida implicava a eliminação da candidatura. A responsabilidade de obter o documento em tempo hábil e de arcar com os custos de deslocamento, alimentação e hospedagem para realizar o teste era atribuída ao candidato. Mesmo quando o TOEFL ITP era oferecido gratuitamente pelo Inglês sem Fronteiras, a distribuição territorial das aplicações e as condições de deslocamento podiam gerar custos desiguais.

O segundo dispositivo é a formação prescrita. O Anexo III apresentava o curso com uma carga horária declarada de cem horas para o Teachers of English as a Second Language Program e de vinte horas para o U.S. History & Culture. O primeiro eixo incluía teoria da aquisição de segunda língua, metodologias de TESOL, avaliação de proficiência, habilidades linguísticas, gestão da sala de aula, elaboração de aulas, materiais, pronúncia, tecnologia, observação e prática docente. O segundo focalizava a história e a cultura dos Estados Unidos e da comunidade local (Brasil, 2015). Embora diversificado, o currículo era apresentado integralmente como oferta pronta,

sem mecanismo textual para consulta às necessidades da Rede Federal ou para coprodução com os participantes.

Há uma tensão interna entre o público e o contexto. O programa se destinava a professores que ensinavam inglês no Brasil, majoritariamente em situação de língua estrangeira, mas seu objetivo 2.4 e seu título curricular empregavam a expressão "segunda língua". Cavalcante (2019) mostrou que essa distância não era apenas terminológica: participantes relataram divergências entre turmas, infraestrutura e métodos observados nos Estados Unidos e as condições de trabalho. No nível do texto de 2015, os documentos examinados não explicitam um diagnóstico prévio das necessidades dos destinatários, o que limita a identificação dos critérios de contextualização da formação.

O terceiro dispositivo é a contrapartida. Na carta de intenções, o candidato deveria explicar como aplicaria os conhecimentos e escolher pelo menos dois dos quatro eixos: metodologias e formação de outros professores; materiais e infraestrutura; atuação nos NucLi e aplicação de testes; alinhamento às políticas de educação profissional e tecnológica. Após o retorno, a proposta seria aperfeiçoada em um plano de trabalho, a ser executado por pelo menos um ano e monitorado pela SETEC e pela CAPES (Brasil, 2015).

Esse arranjo concede ao professor uma autoria limitada. Ele pode definir ações, combinar eixos e contextualizar sua proposta, mas escreve sob um menu prévio, em resposta a uma dívida institucional formulada como "contrapartida". O plano precisa alinhar-se ao texto inicial, ser enviado em prazo determinado e estar sujeito ao monitoramento. Trata-se de uma *autoria regulada*: a política convoca a iniciativa docente, ao mesmo tempo em que circunscreve sua finalidade, seu conteúdo aceitável e sua prestação de contas.

A posição docente produzida pela chamada é, portanto, híbrida. O professor é profissional a ser valorizado e beneficiário de investimento público; é também aprendiz cuja proficiência precisa ser comprovada e fortalecida; executor de ações do Idiomas sem Fronteiras; multiplicador do conhecimento recebido; e bolsista submetido a obrigações de retorno, permanência, teste e eventual ressarcimento. Essa combinação aproxima elementos

writerly, presentes na carta e no plano, de uma estrutura predominantemente *readerly*, definida por critérios e deveres pouco negociáveis.

A distinção entre textos *readerly* e *writerly*, proposta por Bowe, Ball e Gold (2017), permite compreender essa combinação sem confundir prescrição com passividade. A carta e o plano convocam elaboração docente, mas os eixos, os prazos e o monitoramento delimitam o que pode ser proposto. A dimensão micropolítica se manifesta nas possibilidades de decisão inscritas nesses instrumentos, enquanto as escolhas centrais da formação permanecem concentradas. Essa leitura evidencia uma tensão entre autoria e controle no próprio texto, sem antecipar como os professores o interpretaram nas instituições.

O adiamento e a reescrita seletiva de 2016

O primeiro movimento textual posterior à chamada incidiu sobre o tempo da política. O aviso publicado no Diário Oficial da União em 18 de março de 2016 e disponibilizado na página da CAPES em 29 de março alterou o cronograma do segundo grupo: as atividades, antes previstas para junho-agosto de 2016, foram transferidas para janeiro-março de 2017 (Brasil, 2016a). Esse adiamento foi anunciado antes do seminário de avaliação do primeiro grupo, realizado em abril de 2016 e analisado em pesquisa anterior (Pereira, 2024). Logo, não pode ser atribuído aos resultados desse seminário.

Em 1º de junho de 2016, foi produzida uma retificação integral de treze páginas. Embora reapresente toda a chamada, ela não equivale a uma redação inteiramente nova. A comparação revela acréscimos, substituições pontuais e permanências extensas. O quadro seguinte sintetiza as alterações mais relevantes para o argumento.

Quadro 2 – Regulação e permanências entre a chamada de 2015 e a retificação de 2016

Dimensão	Mudanças em 2016	Permanências e limites
Concepção de língua e currículo	"Inglês como segunda língua" foi substituído por "língua estrangeira" no objetivo 2.4; três componentes trocaram TESOL/ESL por formulações mais abrangentes de ensino de inglês.	Permaneceram o título *Teachers of English as a Second Language Program*, a teoria de aquisição de segunda língua, a carga horária declarada de 100 horas pedagógicas e de 20 horas de história e cultura dos EUA e a ausência de conteúdo explícito sobre os contextos brasileiros.
Acesso e prioridade	Foram incluídas prioridades para docentes sem capacitação anterior no exterior e sem títulos de universidades anglófonas.	O TOEFL ITP 563 permaneceu como único comprovante aceito para o segundo grupo; custos e obtenção tempestiva continuaram sob responsabilidade do candidato.
Relação com o Idiomas sem Fronteiras	"Núcleos de línguas (NucLi) e aplicação" tornou-se "centros de línguas e/ou aplicação", ampliando instituições e alternativas de atuação.	Permaneceram a vinculação ao Idiomas sem Fronteiras, o plano de trabalho por um ano e o monitoramento pela SETEC/CAPES.
Operação e controle	Foram detalhados validade do passaporte e do TOEFL, alojamento, dedicação integral, viagem sem acompanhantes, prazo para teste pós-retorno e hipóteses de ressarcimento.	A ampliação não redistribuiu poder decisório; aumentou a especificação das obrigações individuais e preservou a prerrogativa de admissão do NOVA.
Cronograma	A seleção do segundo grupo foi deslocada para 2016 e o curso para 2017; acrescentaram-se seminários de avaliação.	Os itens 1.2 e 9.1 conservaram as datas antigas, enquanto os itens 5.1.2 e 9.2 registraram períodos de 2017 que não coincidem integralmente.

Fonte: elaboração própria com base em Brasil (2015; 2016a; 2016b).

A troca de "segunda língua" por "língua estrangeira" é substantiva, pois reconhece a condição predominante de ensino dos destinatários. O mesmo movimento aparece na substituição de *Current TESOL Methodologies* por *Current English Language Teaching Methodologies*, de *Using Technology in ESL por Using Technology in English Language Teaching* e de *Teaching Entry Level ESL por Teaching Entry Level English*. A retificação evidencia, assim, alguma sensibilidade à inadequação terminológica do texto original.

Essa sensibilidade, contudo, não alcança toda a arquitetura curricular. Permaneceram o título *Teachers of English as a Second Language Program* e a teoria de aquisição de segunda língua como primeiro componente, cuja manutenção não indica, por si só, inadequação ao ensino de língua estrangeira. Também não houve inclusão explícita de educação profissional e tecnológica, de inglês para áreas técnicas, de análise das condições da Rede Federal ou de interculturalidade Brasil-Estados Unidos. O eixo cultural continuou voltado unilateralmente à história e à cultura estadunidenses. A revisão substitui rótulos em três pontos, mas não redefine o centro geográfico e epistêmico da formação.

No acesso, a inclusão de prioridades para professores sem experiência de capacitação no exterior e sem titulação em universidades anglófonas amplia uma orientação distributiva já presente nos critérios de desempate da primeira versão. O texto passa a favorecer candidatos com menor acúmulo prévio de capital internacional. Essa abertura é limitada, porém, pela permanência do TOEFL ITP 563 como pontuação mínima exigida. Para o segundo grupo, a referência textual ao B2/QCRE foi retirada, mas a pontuação não foi reduzida nem outro instrumento foi admitido. A alteração reduz a explicitação da equivalência utilizada pela política, sem modificar o filtro.

Essa coexistência evidencia o caráter controverso da política discutido por Mainardes (2006): a ampliação das prioridades convive com a estabilidade do requisito eliminatório. Na relação entre influência e produção de texto, a referência transnacional de proficiência mantém sua autoridade sobre o acesso, mesmo quando a regra incorpora uma preocupação distributiva. A retificação altera a classificação entre os candidatos elegíveis, mas mantém a condição que define quem pode disputar a oportunidade.

A passagem de "NucLi e aplicação de testes" para "centros de línguas e/ou aplicação de testes" gera duas aberturas. A primeira deixa de restringir a contrapartida a unidades formalmente credenciadas, como os NucLi, tornando-a mais compatível com a heterogeneidade institucional da Rede Federal. A segunda, marcada por "e/ou", permite que o professor atue no ensino sem necessariamente aplicar testes. Ainda assim, a contrapartida continua obrigatória, vinculada ao Idiomas sem Fronteiras e monitorada

centralmente. Amplia-se o espaço de escolha dentro da obrigação, não a possibilidade de discutir a própria obrigação.

A regulação administrativa do segundo grupo recebe maior detalhamento na retificação. A retificação define a validade dos documentos, acrescenta a identidade com CPF, explicita as regras de passaporte, detalha o alojamento compartilhado e a economicidade, recomenda a viagem sem acompanhantes, exige tempo integral, fixa o TOEFL pós-retorno em até seis meses e prevê o ressarcimento de despesas caso a falta de documentação impeça a participação (Brasil, 2016b). A retificação passa a antecipar contingências operacionais, sobretudo por meio de uma especificação mais detalhada do comportamento esperado do bolsista.

As inconsistências remanescentes revelam a forma sedimentar da reescrita. Embora o novo cronograma situe o segundo curso entre janeiro e março de 2017, os itens 1.2 e 9.1 ainda afirmam que ele ocorreria entre julho e agosto de 2016. O item 5.1.2 menciona janeiro-fevereiro de 2017, ao passo que o item 9.2 estabelece atividades de 16 de janeiro a 17 de março. Do mesmo modo, "língua estrangeira" convive com o termo "segunda língua". A retificação preserva camadas de momentos distintos da política, evidenciando que reapresentar o texto integral não eliminou sua história de emendas.

Na perspectiva de Bowe, Ball e Gold (2017), essas sobreposições permitem analisar a política como um texto sujeito a interpretações, em vez de tomá-la como uma prescrição plenamente coerente. As versões conservam formulações distintas quanto aos destinatários e ao tempo da formação. Isso não comprova conflitos entre formuladores, mas evidencia que a reescrita não estabilizou todos os sentidos da política, deixando tensões a serem interpretadas por seus leitores.

Responsividade seletiva e autoria docente regulada

O padrão comparativo permite qualificar a mudança como responsividade seletiva. "Responsividade" porque o texto foi efetivamente alterado: reconheceu a diferença entre segunda língua e língua estrangeira, introduziu critérios de prioridade, flexibilizou uma modalidade de contrapartida e

enfrentou lacunas documentais e logísticas. "Seletiva" porque essas respostas não alcançaram os componentes que estruturavam a distribuição de poder, a concepção de conhecimento e a responsabilização.

A categoria não atribui intenção aos formuladores nem identifica a origem de cada mudança. A cronologia torna plausível que a retificação de junho tenha sido produzida em um ambiente já informado pela experiência do primeiro grupo, mas o corpus não contém atas, versões comentadas ou depoimentos dos redatores que demonstrem essa relação. A responsividade seletiva descreve um resultado textual observável: o núcleo regulatório permanece mais estável do que seus termos periféricos e suas condições operacionais.

Esse núcleo possui quatro componentes. O primeiro é a seleção linguística por meio de um exame padronizado. O segundo é a autoridade curricular concentrada no parceiro formador. O terceiro é a transferência prevista de conhecimentos do exterior para a instituição brasileira. O quarto é a responsabilização do professor pela devolução, pela documentação e pela observância das condições da bolsa. A retificação não elimina nenhum deles.

Ao mesmo tempo, a política não reduz o professor a um destinatário passivo. A carta de intenções, o plano de trabalho, a produção de materiais e o estabelecimento de parcerias dependem de iniciativa profissional. O problema é que essa agência é convocada depois que o currículo, o teste, o país, o provedor e os eixos da contrapartida já foram definidos. A autoria docente ocorre somente após a definição das escolhas centrais da formação: espera-se que o professor a contextualize e multiplique, embora os documentos examinados não indiquem mecanismos de participação do público-alvo em sua formulação.

Essa arquitetura explica por que a valorização e a regulação coexistem sem se anularem. O investimento público reconhece a importância dos professores de inglês para a internacionalização da Rede Federal e lhes oferece uma experiência formativa rara. Precisamente por representar investimento e oportunidade, a política, porém, legitima uma cadeia intensa de condições, compromissos e controle. O professor aparece simultaneamente como profissional valorizado, sujeito a aperfeiçoamento, agente de

internacionalização e responsável individual pela conversão do investimento em resultados institucionais.

A análise também modifica a leitura da relação entre cooperação e transferência. O programa não é simplesmente cooperação horizontal nem imposição externa integral. SETEC e CAPES participam ativamente da seleção, do financiamento e da elaboração de normas; o NOVA oferece o modelo formativo e conserva o poder de admissão; as instituições de origem viabilizam o afastamento; e os docentes são convocados a traduzir a política no retorno. Há coprodução institucional, mas ela ocorre em posições desiguais. A noção de cooperação, portanto, precisa ser examinada em conjunto com a pergunta sobre quem define o conhecimento, quem pode recusar candidatos, quem assume riscos e quem presta contas.

As alterações de 2016 tornam essa desigualdade mais visível, pois demonstram o que a política conseguiu modificar sem alterar sua identidade. Foi possível trocar a terminologia, ampliar as prioridades e detalhar a logística; não se alteraram o teste exclusivo, a centralidade do contexto estadunidense, a transferência pressuposta nem o monitoramento da contrapartida. As permanências não são ausência de dados: constituem evidência da hierarquia dos compromissos inscritos no texto.

Em diálogo com Mainardes (2006) e Bowe, Ball e Gold (2017), a responsividade seletiva articula, assim, os dois contextos analisados: referências legitimadas no contexto de influência permanecem estruturantes na produção de texto, enquanto outros componentes admitem ajustes. A natureza complexa da política manifesta-se na coexistência entre a ampliação das escolhas e a manutenção do controle. A margem prevista para a ação docente não elimina a assimetria, mas mostra que a regulação se organiza também por aberturas delimitadas, e não apenas por proibições.

Considerações finais

Este artigo analisou como o Programa SETEC-CAPES/NOVA foi recontextualizado entre 2015 e 2016 e o que sua trajetória revela sobre a cooperação internacional, a regulação linguística e a atuação docente. No contexto de influência, a análise identificou competências estatais e

dispositivos transnacionais de avaliação explicitados na chamada e situou o programa na agenda nacional de mobilidade e de formação linguística. O marco bilateral e a previsão do PNE foram considerados, respectivamente, um antecedente normativo e uma convergência programática, sem que o corpus permitisse demonstrar sua incorporação direta à formulação do programa. À luz de Mainardes (2006) e de Bowe, Ball e Gold (2017), a análise mostra como os vínculos institucionais e os dispositivos de avaliação explicitados na chamada permanecem inscritos nos critérios e nas responsabilidades definidos nos textos do programa. A cooperação assimétrica resulta dessa distribuição de autoridade, na qual órgãos nacionais e parceiro formador definem condições que os docentes devem atender.

No contexto da produção de texto, a chamada articulou uma linguagem de valorização e cooperação a dispositivos de seleção, transferência e responsabilização. A retificação de 2016 corrigiu inadequações localizadas e tornou o programa administrativamente mais detalhado, mas preservou sua arquitetura principal. As alterações e permanências sustentam o argumento da responsividade seletiva: a política demonstrou capacidade de ajuste sem redistribuir substancialmente a autoridade curricular e regulatória. Na relação entre os contextos, a mudança localizada convive com a continuidade das referências que organizam o acesso e a formação. A responsividade seletiva qualifica essa tensão entre ajuste e conservação, permitindo compreender a complexidade e o caráter controverso da política sem pressupor consenso entre os atores (Mainardes, 2006; Bowe; Ball; Gold, 2017).

A comparação também evidenciou que textos de política não são unidades acabadas. Datas incompatíveis e terminologias sobrepostas evidenciam camadas de reescrita e confirmam a necessidade de analisar versões, anexos e avisos em conjunto. Para pesquisas em política educacional, isso significa que a retificação não deve ser tratada apenas como uma correção técnica; ela pode revelar quais componentes foram abertos à revisão e quais permaneceram protegidos.

Quanto à atuação docente, o programa produziu uma autoria regulada. Os professores foram chamados a elaborar propostas, disseminar conhecimentos e criar parcerias, mas sua participação ocorreu dentro de escolhas centrais já definidas. A valorização profissional coexistiu com a

representação do professor como aprendiz, executor, multiplicador e bolsista responsável. Em futuras políticas de formação internacional, ampliar a participação docente exige estendê-la à definição prévia de necessidades, de currículo, de formas de comprovação linguística e de critérios de avaliação. A articulação entre macro e micropolítica manifesta-se, portanto, na forma como a agenda de internacionalização condiciona as margens de autoria previstas para os professores. A coexistência de elementos *readerly* e *writerly* permite interpretar essa autoria como uma abertura delimitada pelo texto (Bowe; Ball; Gold, 2017). O resultado diz respeito às posições e possibilidades prescritas; a análise das interpretações efetivas exige o exame do contexto da prática.

O estudo possui limites. Documentos públicos não permitem reconstruir negociações internas nem demonstrar que as alterações decorreram das avaliações dos participantes. Tampouco informam, sozinhos, como as normas foram interpretadas nas instituições. Essas dimensões requerem atas, entrevistas com formuladores e análise do contexto da prática. Ainda assim, o recorte oferece uma contribuição específica: mostra que a trajetória intertextual do Programa SETEC-CAPES/NOVA permite compreender não apenas o que a política declarou, mas também sua capacidade desigual de responder, conservar e regular.

Referências

ABREU-E-LIMA, Denise Martins de; MORAES FILHO, Waldenor Barros; BARBOSA, Wagner José Corradi; BLUM, Avram Stanley. O Programa Inglês sem Fronteiras e a política de incentivo à internacionalização do ensino superior brasileiro. In: SARMENTO, Simone; ABREU-E-LIMA, Denise Martins de; MORAES FILHO, Waldenor Barros (org.). **Do Inglês sem Fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras**: a construção de uma política linguística para a internacionalização. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 19-46.

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais**: transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.

BALL, Stephen John. **Education reform**: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.

BOWE, Richard; BALL, Stephen John; GOLD, Anne. **Reforming education and changing schools**: case studies in policy sociology. London: Routledge, 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.405**, **de 9 de janeiro de 1992**. Autoriza o Poder Executivo a instituir como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8405.htm. Acesso em: 13 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, **de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 13 ago. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 7.176**, **de 12 de maio de 2010**. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Programas Educacionais e de Intercâmbio Cultural. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7176.htm. Acesso em: 13 ago. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 7.642**, **de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 13 ago. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 7.690**, **de 2 de março de 2012**. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Educação. Brasília, DF: Presidência da República, 2012a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7690.htm. Acesso em: 13 ago. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 7.692**, **de 2 de março de 2012**. Aprova o estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Brasília, DF: Presidência da República, 2012b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7692.htm. Acesso em: 13 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.466, de 18 de dezembro de 2012. Institui o Programa Inglês sem Fronteiras. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília,

DF, p. 28, 19 dez. 2012c. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/12/2012&jornal=1&pagina=28&totalArquivos=168. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.863**, **de 24 de setembro de 2013**. Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e outros diplomas legais. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12863.htm. Acesso em: 13 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, **de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 13 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 973, de 14 de novembro de 2014. Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 222, p. 11-12, 17 nov. 2014b. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras/apresentacao-1/1PortariaIdiomaSemFronteirasMEC9732014.pdf. Acesso em: 27 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Chamada Pública SETEC/MEC nº 01/2015**, **de 22 de setembro de 2015**. Programa SETEC-CAPES/NOVA de capacitação para professores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: SETEC/MEC, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2592015-chamada-publica-n-01-setec-capes-nova-pdf. Acesso em: 13 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Aviso de Chamada Pública SETEC/MEC nº 1/2015. Retificação do cronograma do segundo grupo. **Diário Oficial da União**: seção 3, Brasília, DF, n. 53, p. 60-61, 18 mar. 2016a. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/29032016-extrato-dou-setec-capes-nova-pdf/@@display-file/file. Acesso em: 13 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Chamada Pública SETEC/MEC nº 01/2015**, **de 22 de setembro de 2015**: retificação de 1º de junho de 2016. Brasília, DF: SETEC/MEC, 2016b. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/

centrais-de-conteudo/03062016-chamada-setec-nova-retificacao-pdf/@@display-file/file. Acesso em: 13 ago. 2026.

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Programa SETEC-CAPES/NOVA**. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/informacoes-internacionais/programas-encerrados-internacionais/programa-setec-capes-nova. Acesso em: 13 ago. 2026.

CAVALCANTE, Rivadavia Porto. Política linguística e formação de professores de inglês no contexto da cooperação Brasil-Estados Unidos. In: SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; PONTE, Andrea Silva; SOUSA-BERNINI, Emny Nicole Batista de (org.). **Fotografias da política linguística na pós-graduação no Brasil**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 317-358.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-Henri; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295–316.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003. Acesso em: 13 ago. 2026.

PEREIRA, Lauro Sérgio Machado. **Formação continuada de professores de inglês e internacionalização da educação**: uma pesquisa-ação colaborativo-crítica. 2024. 339 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

PEREIRA, Lauro Sérgio Machado; SILVA, Kléber Aparecido da. Representações discursivas sobre internacionalização por professores de inglês em formação continuada. **Revista Educação em Questão**, v. 59, n. 59, 2021. DOI: 10.21680/1981-1802.2021v59n59ID25293. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/25293. Acesso em: 27 out. 2026.

SHOHAMY, Elana. **Language policy**: hidden agendas and new approaches. London: Routledge, 2006.

SILVA, Kleber Aparecido da; SANTCLAIR, Dllubia; PEREIRA, Lauro Sérgio Machado; PENNA, Silvia; VIANA JR., Oseas Bezerra. Mind the gap! Voices of Brazilian English language teachers in a continuing education intensive English program in the United States. In: LITZENBERG, Jason (ed.). **Innovation in university-based intensive English programs**: from start to future. Bristol: Multilingual Matters, 2024. p. 159-174.

Prof. Dr. Lauro Sérgio Machado Pereira
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (Porteirinha – Minas Gerais, Brasil)
Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagens (GECAL/UnB)
Orcid id: https://orcid.org/0000-0002-7144-2733
E-mail: lauropereiraifnmg@gmail.com

Prof. Dr. Kleber Aparecido da Silva
Universidade de Brasília (Brasília – Distrito Federal, Brasil)
Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UnB)
Coordenador do Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagens (GECAL/UnB)
Orcid id: https://orcid.org/0000-0002-7815-7767
E-mail: kleberunicamp@yahoo.com.br
Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2A pelo CNPq

Recebido em 24 ago. 2026
Aceito em 26 out. 2026

Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial-ShareAlike 4.0 International License.